

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
-------------------	----

1 ANÁLISE DOS IMPACTOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL NO ÂMBITO DOS ESTUDOS AMBIENTAIS

Marcos Paulo de Souza Miranda	17
1.1 A concepção unitária de meio ambiente	17
1.2 Objetivos dos estudos de impacto ambiental.....	19
1.3 Exigência da análise dos impactos ao patrimônio cultural nos estudos ambientais	22
1.4 Equipe técnica multidisciplinar.....	24
1.5 Aspectos mínimos das análises	26
1.6 Análises específicas sobre o patrimônio arqueológico.....	28
1.7 Análises específicas sobre o patrimônio espeleológico.....	34
1.8 Consequências jurídicas da análise inadequada dos impactos ao patrimônio cultural	38
1.9 Conclusões.....	44
Referências.....	45

2 APONTAMENTOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

José Eduardo Ramos Rodrigues	47
2.1 Introdução: visão internacional.....	47
2.2 Constituição Federal de 1988	48
2.3 Registro: Decreto Federal nº 3.551, de 04.08.2000	49
2.4 Ação civil pública	52
2.5 Conclusão	53

3 ARTE CEMITERIAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO: OS CEMITÉRIOS DA CONSOLAÇÃO EM SÃO PAULO E DO BONFIM EM BELO HORIZONTE

José Eduardo Ramos Rodrigues	55
3.1 Introdução	55
3.2 O cemitério mais antigo do Brasil	58
3.3 As lápides sepulcrais.....	59
3.4 A arte cemiterial no Brasil	61
3.5 Primeiros cemitérios da cidade de São Paulo.....	64
3.6 Cemitério da Consolação.....	66
3.7 Preservação do patrimônio cultural do Cemitério da Consolação....	70
3.8 Lista de alguns túmulos relevantes do Cemitério da Consolação....	73

3.9	Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte: inventário dos bens culturais	76
3.9.1	Artistas identificados pelo inventário do Cemitério do Bonfim.....	79
3.9.2	Marmoristas e construtores identificados no inventário do Cemitério do Bonfim.....	79
3.9.3	Iconografia encontrada no inventário do Cemitério do Bonfim (número de exemplares por tipo).....	80
3.10	Necrotério (capela) do Cemitério do Bonfim	80
3.11	Alguns ornamentos simbólicos usados na arte cemiterial	83
3.12	Orientações para a manutenção dos jazigos.....	84
3.13	Conclusão	85
	Referências.....	85

4 ASPECTOS POLÊMICOS EM TORNO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

José Eduardo Ramos Rodrigues	89	
4.1	Introdução	89
4.2	Conceito de patrimônio cultural	89
4.3	Identificação dos bens culturais a serem preservados: o seu fundamento constitucional	92
4.4	Natureza jurídica do tombamento e indenização.....	103
	Referências.....	110

5 CONFIGURAÇÃO E INDENIZABILIDADE DE DANOS MORAIS COLETIVOS DECORRENTES DE LESÕES A BENS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Marcos Paulo de Souza Miranda	113	
5.1	Introdução	113
5.2	Fundamentação legal para a reparação do dano moral coletivo... 114	114
5.3	Conceito	115
5.4	Configuração de dano moral coletivo em decorrência de lesão ao meio ambiente cultural.....	116
5.5	Precedentes jurisprudenciais	119
5.6	Particularidades de direito material e processual relativas aos danos morais coletivos.....	126
5.6.1	Responsabilidade objetiva.....	126
5.6.2	Prova do dano	127
5.6.3	Quantificação dos danos.....	128
5.6.4	Destinação dos valores da indenização.....	129
5.7	Análise crítica da decisão proferida pelo STJ no RESP nº 598.281-MG	129
	Referências.....	134

6 CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

José Eduardo Ramos Rodrigues	137	
6.1	Observações preliminares	137

6.2	Origens e evolução	138
6.3	Estrutura atual	144
6.4	Competência Atual.....	144
6.5	Inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 3.866, de 29.11.1941	146
	Referências.....	146

7 CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL E O ORDENAMENTO URBANO

José Eduardo Ramos Rodrigues	147	
7.1	Introdução	147
7.2	O patrimônio cultural brasileiro nas Constituições de 1934 a 1967.....	149
7.3	O patrimônio cultural brasileiro na Constituição Federal de 1988.....	150
7.4	Os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural da Lei de Crimes Ambientais.....	151
7.4.1	Artigo 62	152
7.4.1.1	Objeto material.....	153
7.4.1.2	Concurso de crimes	154
7.4.1.3	Elemento subjetivo do tipo.....	154
7.4.1.4	Elemento objetivo do tipo	155
7.4.1.5	Sujeito ativo	155
7.4.1.6	Sujeito passivo.....	155
7.4.1.7	Consumação e tentativa.....	155
7.4.1.8	Ação penal	155
7.4.2	Artigo 63	156
7.4.2.1	Objeto material.....	156
7.4.2.2	Elemento subjetivo do tipo.....	156
7.4.2.3	Elemento objetivo do tipo	157
7.4.2.4	Sujeito ativo	157
7.4.2.5	Sujeito passivo.....	157
7.4.2.6	Consumação e tentativa.....	157
7.4.2.7	Ação penal	157
7.4.3	Artigo 64	158
7.4.3.1	Objeto material.....	158
7.4.3.2	Elemento subjetivo do tipo.....	158
7.4.3.3	Elemento objetivo do tipo	159
7.4.3.4	Sujeito ativo	159
7.4.3.5	Sujeito passivo.....	159
7.4.3.6	Consumação e tentativa.....	159
7.4.3.7	Ação penal	159
7.4.4	Artigo 65	159
7.4.4.1	Objeto material.....	160
7.4.4.2	Elemento subjetivo do tipo.....	160
7.4.4.3	Elemento objetivo do tipo	160
7.4.4.4	Sujeito ativo	161

7.4.4.5	Sujeito passivo.....	162
7.4.4.6	Consumação e tentativa.....	162
7.4.4.7	Ação penal	162
7.4.4.8	Parágrafo primeiro	163
7.4.4.9	Parágrafo segundo.....	164
7.5	Patrimônio imaterial	166
7.6	Patrimônio paleontológico	167
7.7	Evasão de bens culturais para o exterior.....	168
7.8	Comércio clandestino de bens culturais	170
7.9	Crimes contra o patrimônio do Código Penal envolvendo bens culturais	170
7.10	Crimes contra o ordenamento urbano na Lei do Parcelamento do Solo Urbano	171
7.10.1	Artigo 50	171
7.10.1.1	Objeto material.....	172
7.10.1.2	Elemento subjetivo	172
7.10.1.3	Elemento objetivo	172
7.10.1.4	Sujeito ativo	174
7.10.1.5	Sujeito passivo.....	175
7.10.1.6	Consumação e tentativa.....	175
7.10.1.7	Ação penal	175
7.10.1.8	Coautoria	176
7.11	Considerações finais.....	176
	Referências.....	178

8 DIREITO DE ACESSIBILIDADE AOS BENS CULTURAIS

Marcos Paulo de Souza Miranda, Andrea Lanna Mendes Novais	181	
8.1	A fruição ao patrimônio cultural como direito constitucional.....	181
8.2	Normatização infraconstitucional.....	183
8.3	Particularidades do acesso aos bens culturais.....	185
8.4	Efetividade do direito de acessibilidade	188
8.5	Conclusões.....	191
	Referências.....	192

9 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO PROTETIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Marcos Paulo de Souza Miranda	195	
9.1	Introdução	195
9.2	Período colonial	196
9.3	Período imperial	198
9.4	Período republicano.....	199
9.5	República Nova.....	201
9.6	Constituição Federal de 1988	208
9.7	Período pós 1988.....	211
9.8	Conclusões.....	213
	Referências.....	214

10 IMPORTÂNCIA E RESPONSABILIDADE DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

José Eduardo Ramos Rodrigues	217
10.1 Conceito constitucional de patrimônio cultural brasileiro	217
10.2 Identificação dos bens culturais a serem preservados	219
10.3 Conselhos do patrimônio cultural no âmbito municipal.....	223
10.4 Responsabilidade dos integrantes dos conselhos do patrimônio cultural	226
10.4.1 Responsabilidade penal.....	226
10.4.2 Improbidade administrativa	227
10.4.3 Responsabilidade civil	229
Referências.....	230

11 INFRAÇÕES CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL: COMPETÊNCIA DO IPHAN E DEMAIS ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL PARA APLICAR SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS

José Eduardo Ramos Rodrigues, Fernando Walcacer	233
11.1 Introdução	233
11.2 O patrimônio cultural nas Constituições brasileiras de 1824 a 1967	234
11.3 O patrimônio cultural na Constituição Federal de 1988	237
11.4 As infrações administrativas contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	241
11.5 Competência do IPHAN para aplicar sanções administrativas ambientais.....	243
11.5.1 O IPHAN como órgão ambiental.....	243
11.5.2 O IPHAN como órgão integrante do SISNAMA	246
11.6 Competência dos órgãos estaduais e municipais de preservação do patrimônio cultural para aplicarem sanções administrativas ambientais.....	254
11.7 Conclusões finais	254
Referências.....	255

12 O CASO DO CANHÃO “EL CRISTIANO”

José Eduardo Ramos Rodrigues	257
12.1 Introdução: a Guerra do Paraguai.....	257
12.2 O pedido paraguaio de devolução do canhão “El Cristiano”	259
12.3 Tombamento do canhão “El Cristiano”	260
12.4 Inconstitucionalidade do Decreto-Lei nº 3.866, de 29.11.1941	261
12.5 Convenção internacional sobre medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita de bens culturais: sua não aplicação ao presente caso	263

12.6	O vapor Anhambá: apreendido e nunca devolvido pelo Paraguai	265
12.7	Conclusão: os danos decorrentes da remoção do “El Cristiano”.....	266
	Referências.....	267
13 O ESTATUTO DA CIDADE E OS NOVOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL		
Marcos Paulo de Souza Miranda		269
13.1	Introdução	269
13.2	A proteção do patrimônio cultural como diretriz urbanística de observância obrigatória	270
13.3	Instrumentos urbanísticos de defesa do patrimônio cultural e a função social da propriedade	272
13.4	Direito de preempção.....	274
13.5	Estudo de Impacto de Vizinhança	276
13.6	Transferência do direito de construir	278
13.7	Unidades de conservação	280
13.8	Incentivos e exercícios fiscais e financeiros.....	281
13.9	Gestão democrática da cidade	282
13.10	Conclusões.....	285
	Referências.....	286
14 O PATRIMÔNIO CULTURAL NOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS		
José Eduardo Ramos Rodrigues		289
14.1	Introdução	289
14.2	Origens	290
14.3	Carta de Atenas do Escritório Internacional dos Museus – Sociedade das Nações (1931)	291
14.4	Carta de Atenas – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (1933)	293
14.5	Carta de Veneza – II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos – ICOMOS (1964)	294
14.6	Convenção de Paris sobre medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícita de bens culturais – UNESCO (1970).....	295
14.7	Convenção de Paris sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – UNESCO (1972)	297
14.8	Declaração do México – Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – ICOMOS (1985)	301
14.9	Conclusão	301
	Referências.....	302
15 REGIME JURÍDICO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS HISTÓRICOS NO BRASIL		
Marcos Paulo de Souza Miranda		305

15.1	Proteção jurídica ao patrimônio arqueológico	305
15.2	Os sítios arqueológicos históricos	307
15.3	Antecedentes, contexto histórico e hermenêutica da Lei nº 3.924/1961	309
15.4	Regime jurídico dos sítios arqueológicos históricos.....	314
15.5	Sítios detentores de vestígios quilombolas.....	318
	Referências.....	318

16 TUTELA CONSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: O INVENTÁRIO COMO UM NOVO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO

Marcos Paulo de Souza Miranda	321	
16.1	A constitucionalização da proteção ao patrimônio cultural.....	321
16.2	Origens do inventário	325
16.3	O inventário no direito comparado	327
16.4	Fundamento constitucional do inventário no ordenamento jurídico brasileiro.....	335
16.5	Regulamentação infraconstitucional do instituto do inventário ...	337
16.6	Efeitos jurídicos do inventário	338
16.7	Conclusões.....	345
	Referências.....	347